



# REVISTA CAPIM DOURADO

## Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

DOI: <https://doi.org/10.20873.ensinoremoto>

### **ENSINO REMOTO EMERGENCIAL, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E COVID 19 – INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL ENTRE DISCENTES DO SERVIÇO SOCIAL – UFMT**

### **EMERGENCY REMOTE TEACHING, UNIVERSITY EXTENSION AND COVID 19 – INTERSECTIONS OF GENDER, RACE AND SOCIAL CLASS AMONG SOCIAL WORK STUDENTS – UFMT**

### **ENSEÑANZA REMOTA DE EMERGENCIA, EXTENSIÓN UNIVERSITARIA Y COVID 19 - INTERSECCIONES DE GÉNERO, RAZA Y CLASE SOCIAL DE LOS ESTUDIANTES DEL CURSO DE TRABAJO SOCIAL - UFMT**

**Leana Oliveira Freitas<sup>1</sup>**  
**Erivã Garcia Velasco<sup>2</sup>**  
**Imar Domingos Queiróz<sup>3</sup>**

**RESUMO:** Este texto apresenta o perfil discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso que, no ano de 2020, participou, por meio do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) do Programa “Estratégias e ações de extensão para o curso de graduação em Serviço Social no contexto da pandemia da Covid-19”. As análises derivadas indicaram a presença quase que total de mulheres, evidenciando, ademais, intersecções de gênero, de raça e classe social, o que enseja o necessário reconhecimento dessas especificidades e a proposição de projetos acadêmicos e profissionais que as observem, sob pena de

---

<sup>1</sup>Profª do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT. Bolsista Produtividade PQ2/CNPq. [leana.freitas@ufmt.br](mailto:leana.freitas@ufmt.br)

<sup>2</sup>Profª do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT. [eriva.velasco@ufmt.br](mailto:eriva.velasco@ufmt.br)

<sup>3</sup>Profª do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT. [imar.queiroz@ufmt.br](mailto:imar.queiroz@ufmt.br)



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

reiterar sobreposição de exclusões históricas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemia; extensão; TICs

**ABSTRACT:** This text presents a profile of the students of the Social Work course at the Federal University of Mato Grosso who, in 2020, participated using Information and Communication Technologies (ICTs) in the Program “Strategies and extension actions for the undergraduate course in Social Work in the context of the Covid-19 pandemic”. The derived analyses indicated the almost total presence of women, evidencing, moreover, intersections of gender, race and social class which entails the necessary recognition of these specificities and the proposition of academic and professional projects that observe them, under penalty of reiterating overlapping of historical exclusions.

**KEYWORDS:** Pandemic; extension; ICTs

**RESUMEN:** Este texto presenta un perfil de los estudiantes del curso de Trabajo Social de la Universidad Federal de Mato Grosso que, en 2020, participó del Programa “Estrategias y acciones de extensión para el curso de graduación en Trabajo Social en el contexto de la pandemia de Covid-19”, a través de las TICs. Los análisis derivados indicaron la presencia casi total de la mujer, evidenciando, además, cruces de género, raza y clase social, lo que conduce al necesario reconocimiento de estas especificidades y a la proposición de proyectos académicos y profesionales que las tomen en cuenta, so pena de reiterar superposición de exclusiones históricas.

**PALABRAS CLAVE:** Pandemia; Extensión; TICs

## INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 alterou abruptamente o cotidiano da sociedade como um todo, pois a contenção da transmissão do vírus só foi possível por meio do isolamento e do distanciamento social, tornando-se, não sem controvérsias, diretriz principal recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

O inusitado e a premência dessa condição peculiar obrigaram milhões de trabalhadores, ao redor do mundo, a executarem atividades laborais na modalidade remota que, pela urgência da situação, ocorreu de forma não planejada, e o espaço doméstico teve que ser transformado em local de trabalho, sem meios, instrumentos e tecnologias adequadas, permeado por incertezas e inseguranças quanto à duração da jornada de trabalho, salários e, ao próprio emprego. Nesse momento se fez necessário, ainda, suspender os serviços presenciais de instituições imprescindíveis de cuidado e socialização como creches, escolas e universidades. Além disso, a necessidade de se manter o distanciamento social fez com que o ensino presencial, em todos os níveis, fosse repensado, sendo adotado no afogadilho o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Relatórios produzidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) davam conta de que os estudos de mais de 1,5 bilhão de estudantes em cento e noventa e três países foram impactados pela pandemia da Covid-19, revelando, ademais, inabilidades e despreparo das instituições de ensino, docentes e discentes, que tiveram que se reinventar e se adaptar, em curto espaço de tempo, para se movimentar nessa insólita realidade digital e remota.

Essa condição excepcional impôs desafios à educação que, naquela conjuntura, viu acentuar desigualdades sociais, expondo diferenças nas condições de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), obrigando que estratégias de ensino inusuais fossem acionadas de forma aligeirada, sem planejamento e experiência.

A singularidade conjuntural produzida pela pandemia levou o Ministério da Educação (MEC) a autorizar o Ensino Remoto Emergencial (ERE), por meio de aulas que fizessem uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, como uma das soluções encontradas para contornar a ausência de aulas presenciais nas



ISSN nº 2595-7341

Vól. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

instituições de ensino básico e superior do país. A proposta combinava aulas e atividades síncronas e assíncronas, buscando cumprir o ano letivo de 2020, cujo calendário acadêmico havia sido flexibilizado pelo próprio Ministério da Educação.

A partir desse universo ínsito e problematizador é que este texto se propõe apresentar dados da realidade discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso que, no ano de 2020, participou do Programa “Estratégias e ações de extensão para o curso de graduação em Serviço Social no contexto da pandemia da Covid-19”.

A extensão universitária se configura como um elemento imprescindível, capaz de dinamizar e incrementar, por meio de programas e projetos, um conjunto de ações que articule conhecimentos e potencialidades da população aos saberes acadêmicos, respondendo às necessidades sociais e reafirmando a função social da universidade pública, a partir da produção de conhecimentos comprometida com a transformação social (MENDONÇA, 2002).

O Programa se constituiu em alternativa criativa que o corpo docente encontrou para manter laços e sentimentos de pertencimentos entre estudantes e universidade, enquanto não se decidia, inclusive, nacionalmente, pela oferta integral das disciplinas da graduação, naquele momento incerto da pandemia da Covid-19. Para retratar essa realidade foi feita uma consulta, por meio de formulário elaborado no *google forms*, e enviado aos duzentos e quatro discentes matriculados no primeiro semestre do ano de 2020, por meio dos dados cadastrados no sistema acadêmico SIGA. Desse total, obteve-se um retorno de cento e vinte e quatro respostas.

A consulta foi realizada durante o mês de junho de 2020, abarcando cinco eixos de informação: dados de perfil e situação socioeconômica; situação no curso; situação sociofamiliar; isolamento social e condições de saúde; e, por último, temas de preferência. As análises derivadas dos dados coletados indicaram que o Curso



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

de Serviço Social na UFMT tem seu corpo discente composto, em sua quase totalidade, por mulheres, evidenciando, ademais, o quanto essas mesmas mulheres são interseccionadas pela raça e classe social, o que enseja o reconhecimento dessas especificidades e a proposição de projetos acadêmicos que as observem, sob pena de reiterar exclusões interseccionais.

Dessa forma, ressaltar, portanto, a condição da mulher nas condições impostas pela pandemia, a partir da perspectiva interseccional, impõe que se recorte deste domínio as mulheres negras das classes populares, de modo a produzir conhecimentos condizentes com as condições socioeconômicas em que vivem e dos meios de que dispõem para dar conta das múltiplas tarefas a elas atribuídas, historicamente, de forma desigual e injusta.

## **PROGRAMA DE EXTENSÃO E PERFIL DISCENTE - ENFOQUE EM RAÇA, GÊNERO, SEXUALIDADE E A MEDIAÇÃO DAS TICS**

Antes de se apresentar os dados propriamente ditos que permitiram retratar o perfil discente do curso de Serviço Social da UFMT, no ano de 2020, cabe situar, rapidamente, o Programa “Estratégias e ações de extensão para o curso de graduação em Serviço Social no contexto da pandemia da Covid-19”. O referido programa surgiu em resposta à proposta de flexibilização de ensino apresentada pela UFMT, naquele momento da pandemia, visando contribuir com o processo de formação de estudantes de graduação em Serviço Social, com a formação continuada de assistentes sociais supervisoras de estágio, egressas do curso, residentes na área da saúde e docentes, buscando estabelecer relações orgânicas entre ensino e extensão, a partir de temáticas e conteúdos abordados no decorrer da formação em Serviço Social.

As propostas guardavam relação com os Grupos Temáticos de Pesquisa



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

(GTP) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, com as linhas de pesquisa que orientam o currículo vigente, decorrendo, também, da consulta realizada junto aos discentes do curso durante aquele período de distanciamento.

Assim, as ações propostas articulavam ensino, pesquisa e extensão, abordando as expressões da questão social na contemporaneidade, estabelecendo diálogos necessários entre diferentes políticas setoriais como educação, saúde, previdência, emprego e renda, além de temáticas vinculadas à educação ambiental; residência em saúde; relações étnico-raciais, questões agrária, urbana e ambiental; além de refletir sobre a contribuição da profissão no enfrentamento das questões decorrentes não apenas da pandemia, mas de tantas outras resultantes das desigualdades sociais, que marcam tão severamente a história e a população brasileira.

Isso posto, serão apresentadas, na próxima seção, informações relevantes extraídas da consulta e que permitiram a construção do perfil discente do curso de Serviço Social da UFMT, no ano de 2020, estabelecendo conexões entre gênero, raça, classe social e a mediação das Tecnologias da Informação e Comunicação.

## **PERFIL DISCENTE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFMT (2020)**

De partida, antes da apresentação dos dados, vale retomar alguns dos procedimentos metodológicos que permitiram a construção do perfil, sobretudo, no que se refere ao universo pesquisado e ao tamanho da amostra. Dados do sistema de graduação – SIGA – informam que, no início de 2020, havia duzentos e quatro alunos/as matriculados/as. É certo que no transcorrer do semestre, por conta dos problemas decorrentes da pandemia, muitos/as foram trancando ou simplesmente desistindo do curso. É um número difícil de precisar, embora seja seguro afirmar a

presença desse fenômeno. De qualquer forma, os formulários foram enviados para os duzentos e quatro discentes matriculados, obtendo retorno de cento e vinte e quatro respondentes. Como já explanado, o formulário abarcava seis eixos e trinta e quatro questões de múltipla escolha e, também, abertas. Para os fins deste relato foram eleitas aquelas que permitiram construir o perfil discente, relacionando-o ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

A primeira informação que se traz se refere à identidade de gênero, cujas respostas reforçaram o binarismo: feminino (88,7 %) e masculino (11,3 %).

**Quadro I - Identidade de Gênero**

Identidade de Gênero	Percentual (%)
Feminino	88,7
Masculino	11,3
Não binário	-
Transsexual	-
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: consulta as/os estudantes de Serviço Social no período de isolamento social - Covid-19

Sobre a identidade de gênero, apoiada em Scott (1995) e Nicholson (1994), Jesus (2018) ressalta que a vertente pós-estruturalista do feminismo confere destaque ao caráter histórico das diferenças entre os gêneros e à própria construção social da percepção da diferença sexual. A vertente pós-estruturalista do feminismo insiste, especialmente, para a necessidade de rupturas com a homogeneização interna a cada um destes campos: o feminino e o masculino, reconhecendo a existência de diversidade no interior de cada um – o que impõe a necessária incorporação de outras dimensões como raça, classe e geração à análise das relações sociais.

De todo modo, a presença massiva de mulheres no curso é compatível com a realidade do país, uma vez que nacionalmente são mais instruídas que os homens e com mais acesso ao Ensino Superior, ainda que minoria em áreas ligadas às





ISSN nº 2595-7341

Vol. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

Ciências Exatas, como engenharia e tecnologia da informação e, também, entre docentes de universidade, sendo o que afirma a pesquisa “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019.

De acordo com essa pesquisa, no ano de 2019, entre a população com vinte e cinco anos ou mais, 19,4% das mulheres e 15,1% dos homens tinham nível superior completo. O contingente populacional com instrução no país vem progredindo, mas são as mulheres que vêm se mantendo, nos últimos anos, com maior grau de instrução. Em 2012, eram 14% das mulheres com Ensino Superior e 10,9% dos homens. A faixa etária exclusiva, em que há maior incidência masculina com Ensino Superior é aquela acima dos sessenta e cinco anos ou mais, o que expõe as restrições do acesso à educação em décadas passadas, aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O acesso ao nível superior é maior quanto mais jovens são as mulheres. Na faixa etária compreendida entre 25 e 34 anos, 25,1% das mulheres tinham nível superior, enquanto os homens eram 18,3%. No grupo entre 35 e 44 anos, as taxas são de 24,4% e 17,3%, respectivamente. Já no grupo correspondente a 45 e 54 anos, 19,4% das mulheres possuíam nível superior e 13,8% dos homens. Na faixa etária de 55 e 64 anos, os índices são de 15,5% e 13%, respectivamente, mostrando uma distância menor, determinada em grande medida pelas diferenças no passado, que colocavam mais impedimento às mulheres no acesso ao ensino.

Por outro lado, a presença maior de mulheres com Ensino Superior não alterou o perfil das profissões escolhidas, evidenciando a existência de obstáculos em determinadas áreas de conhecimento. Nos cursos de graduação, nas áreas de Exatas, elas são minoria e maioria entre as funções ligadas aos cuidados e educação. As mulheres são mais da metade das matrículas em áreas como bem-estar — que inclui o curso de Serviço Social (88,3%) —, Saúde, excluindo



Medicina (77,3%), Ciências Sociais e comportamentais (70,4%) e Educação (65,6%), por exemplo. Em contrapartida são apenas 13,3% entre discentes de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e 21,6% nos cursos de Engenharia e profissões correlatas.

A presença de mulheres no Ensino Superior, quando associada com outros marcadores sociais como raça, etnia, idade, classe social, revela com mais intensidade intersecções excludentes históricas, relações que serão vistas posteriormente. Por ora, se tratará da Orientação Sexual.

#### **Quadro II – Orientação Sexual**

<b>Orientação sexual</b>	<b>Percentual (%)</b>
Heterossexual	76,5
Homossexual	10,1
Bissexual	13,4
Outra	-
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: consulta as/os estudantes de Serviço Social no período de isolamento social - Covid-19

Abordar a questão de sexualidade e orientação sexual em um levantamento produzido a partir da Coordenação e Colegiado de Curso, impulsionada em alguma medida pelo Centro Acadêmico, expressa avanços na incorporação da temática pela profissão, sobretudo, quando se sabe que os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) da ABEPSS, entre os quais Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades só foram criados no ano de 2010.

Para Irineu e Iori (2019), a ABEPSS possui relevância singular em relação à ampliação de temáticas, que foram sendo incorporadas pela profissão ao longo dos últimos vinte e cinco anos, e a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), como já mencionado, foi uma iniciativa importante para que discussões como aquelas relacionadas ao gênero, sexualidade, raça e etnia fossem abarcadas no

processo contínuo de apreensão da formação e do exercício profissional articulado às demandas da realidade.

A Revista *Temporalis* da ABEPSS, por exemplo, publicou dois números exclusivos deste Grupo Temático de Pesquisa no ano de 2015 e, na Assembleia do XIV Encontro de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS), em Natal, no ano anterior, já havia sido aprovado documento que indicava a obrigatoriedade de ao menos um componente curricular dedicado ao debate de gênero. No XVI ENPESS, no ano de 2018, em Vitória, foram apresentados os Subsídios para o debate racial na formação em Serviço Social, demonstrando assim que o compromisso com a consolidação dos valores ético-políticos que a categoria defende, a partir de estratégias contínuas e de amadurecimento coletivo (IRINEU e IORI, 2019).

Em relação à raça/etnia, foram cento e quatro respostas com a seguinte distribuição:

### Quadro III – Raça/Etnia

Raça/etnia	Percentual (%)
Branca	48,3
Preta/parda	43,6
Não soube informar	6,0
Humana	2,0
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: consulta as/os estudantes de Serviço Social no período de isolamento social - Covid-19

Os negros (pretos e pardos) representam 56% da população brasileira. Segundo Silva (2020), mesmo com a recente expansão, a Educação Superior continua a ser uma etapa muito seletiva da educação no país. Para a autora, a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior – 2018, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), vinculado à Associação Nacional



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

de Dirigentes das Instituições Federais (Andifes), oferece informações relevantes para analisar as mudanças recentes no perfil do corpo discente. A pesquisa teve como base uma consulta a sessenta e três Universidades Federais existentes até fevereiro de 2018 e a dois CEFET. Ao todo, sessenta e cinco Institutos Federais de Ensino Superior enviaram informações sobre um total de 1.200.300 estudantes, ingressantes entre 2000 e 2018, que, após tratamento, consolidaram-se em uma amostra de 424.128 discentes obtida via questionário on-line (fração amostral de 35,34%).

O levantamento do Fonaprace/Andifes apontou a participação majoritária das mulheres no universo pesquisado, correspondendo a 54,6% dos discentes; superior à participação feminina no total da população. No curso de Serviço Social, no ano de 2020, 88,7% das pessoas consultadas eram mulheres. O mesmo levantamento (Fonaprace/Andifes/2018) também identificou que houve aumento significativo de discentes negros nessas Instituições, acima da variação desta participação na população. O percentual de discentes negros nas Instituições Federais pesquisadas (pretos e pardos) subiu de 34,2%, em 2003, para 51,2%, em 2018. No ano de 2020, no curso de Serviço Social da UFMT, a presença de estudantes pretos e pardos foi de 43,6%.

Segundo a pesquisa de Silva, intitulada: Ação afirmativa e população negra na Educação Superior: acesso e perfil discente (IPEA, 2020), em 1992, apenas cinco em cada cem jovens entre 18 e 24 anos cursavam Ensino Superior. Em 2015, este número passou para dezoito jovens nessa faixa etária. Entre os jovens negros, esta taxa saltou de 1,5% para 12,5% em 2015, passando a representar, entretanto, a despeito do crescimento expressivo, apenas 50% da taxa dos jovens brancos (razão que era de apenas 20,6% em 1992). Em movimento constante, destaca Silva (2020), a composição racial dos estudantes entre os anos de 2010 a 2015, muda de modo significativo. Se antes os negros representavam apenas 22% dos estudantes de



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

nível superior, em 2015, essa participação alcançou aproximadamente 44%.

Silva (2020) chama atenção ao fato de que ao longo desse período houve, também, aumento relevante de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas, caracterizando esse fenômeno como mais próximo da identificação racial do que de componentes demográficos específicos. Se a população negra, em 2001, considerando o somatório entre pretos e pardos, era de 46,1%, e em 2015 esse número passa a 53,9% – uma variação de 17%. Delimitando apenas o Ensino Superior público, nesse período, a variação na participação da população negra é menor (43%), se comparada com o Ensino Superior em geral, mas ainda superior à variação racial identificada na população.

Ao analisar a PNAD Contínua, apreciando apenas os novos alunos em 2017, Silva (2020) destaca que a tendência de mudança do perfil das pessoas que frequentam nível superior se confirma. Dos ingressantes naquele ano, 29,3% foram mulheres negras, seguidas de 28% de mulheres brancas e 22,4% e 19,6% de homens brancos e negros, respectivamente. Ao considerar apenas a rede pública, o perfil muda: os homens negros e brancos empatam, representando 24,4% cada um, enquanto as mulheres negras seguem representando o maior grupo, totalizando 28,4% dos ingressantes no ano de 2017.

Entretanto, diz Silva (2020) que este ritmo de superação na desigualdade racial, nesse nível educacional, não foi capaz de superar, ainda, a sub-representação da população negra entre o segmento que completou Ensino Superior. Naquele ano, a população negra correspondia ainda a apenas 32% das pessoas com Ensino Superior concluído, em contraste com 55,4% de participação na população total.

Embora tenham elevado a participação recente, mulheres negras com Ensino Superior completo ainda são praticamente metade do contingente de mulheres brancas nessa condição. Ademais, considerando a população com 25 anos ou mais,

apenas 9,3% dos negros têm Ensino Superior completo, enquanto este é o maior nível de instrução para 22,9% da população branca.

Além disso, os negros ainda são minoria em cargos de liderança em empresas no Brasil. Dados da Pnad Contínua/2018 mostraram que 37,9% dos homens e 33,2% das mulheres negras com diploma de Ensino Superior trabalham em cargos que não exigem o diploma, denotando que resquícios de uma estrutura social, que cinde e aparta pessoas negras da riqueza socialmente produzida, permanecem nos dias atuais.

Em relação à idade, no interstício temporal estudado por Silva (2020) - 2001 a 2015 - a maioria dos estudantes possuía até 24 anos (67,9%). A consulta realizada pelo Serviço Social trabalhou com faixas etárias mais estendidas, mas ainda sim se observa a preponderância de jovens matriculados no curso.

#### Quadro IV – Estudantes por faixa etária – Curso de Serviço Social (2020)

Faixa etária	Percentual (%)
18 e 29	75
30 e 45	16,9
46 e 59	6,5
60 mais	1,6
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: consulta as/os estudantes de Serviço Social no período de isolamento social - Covid-19

A presença expressiva de mulheres jovens e negras no curso é um fato a ser comemorado. É sabido, no entanto, que muitas dessas mulheres não conseguem concluir a graduação no tempo regular previsto ou mesmo extrapolando-o, considerando que muitas desistem no decorrer da formação.

Entre as pessoas que concluíram o Ensino Superior, no ano de 2019, 27% eram mulheres brancas, 21% mulheres negras. A porcentagem de mulheres negras, que concluíram o Ensino Superior, é apenas um ponto percentual menor do que as



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

que ingressaram naquele ano, que foi da ordem de 22%. Isto indica que, apesar dos percalços e do tempo, às vezes, maior que o inicialmente planejado, elas conseguem concluir o curso. No entanto, ao observar a proporção apenas entre mulheres, a desigualdade racial se revela de forma mais clara: mulheres negras representaram 35% das que se formaram, enquanto mulheres brancas eram 45% (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR/INEP, 2019). Informações sobre mercado de trabalho também expõem dificuldades de jovens negros. Em 2018, de 42 mil vagas para funções de destaque abertas em empresas privadas, apenas 23,7% foram ocupadas por homens e mulheres negras.

Em relação à renda, a maioria dos estudantes dos Institutos Federais, segundo levantamento do Fonaprace/Andifes (2018) estaria na faixa de renda mensal familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo (SM) – limite para participação em políticas de assistência estudantil, bolsas e financiamento: 70,2% dos discentes. 53,5% dos discentes têm renda familiar per capita de até 1 SM. Apenas 35,3% estudaram em escola particular durante o Ensino Médio. É revelador que o percentual de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal per capita até 1,5 SM tenha saltado de 44,3%, em 1996, para 66,2%, em 2014, alcançando 70,2% em 2018, o maior patamar da série histórica (ANDIFES, p. 44 e 48).

No levantamento realizado pelo curso de Serviço Social da UFMT, em 2020, objeto deste perfil, 43,9% do público pesquisado se encontrava na faixa de renda mensal familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo (SM). Do conjunto de respostas obtidas, 25% disseram ser beneficiárias de Programas de Transferência de Renda, e 76,3% disseram que eles ou alguém da família havia solicitado o Auxílio Emergencial. Dependiam de bolsas de Assistência Estudantil dezoito das cento e vinte e quatro pessoas que responderam à consulta.

Outro registro marcante é que, no ano de 2020, no auge da pandemia, em que todas as atividades educacionais só seriam possíveis na modalidade remota,



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

24,2% das respostas indicavam não possuir computador/notebook; 28,2% possuíam acesso à internet por meio do Wi Fi e 8,9% exclusivamente por meio do uso de pacote de dados. A esses agravantes se somavam o fato de que 47,6% compartilhavam o uso do computador com demais membros da casa e essa mesma porcentagem alegava não possuir local adequado em casa para estudar.

Outra informação relevante obtida pela consulta, merecendo ser destacada se refere à responsabilidade de cuidar de alguém durante a pandemia: 27% cuidavam de pessoas idosas, 28,9% de crianças e 4,1% de pessoas com deficiência.

De acordo com a pesquisa *SEM PARAR o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*, realizada pelas organizações Gênero e Número, e Sempre Viva, metade das mulheres brasileiras, que vivem nas cidades, passaram a cuidar de alguém na pandemia (filhos, idosos, pessoas com deficiência ou outras crianças). Dessas, 42% não possuíam apoio externo, como profissionais, instituições ou vizinhos. Entre as mães, metade (49%) afirmou que aumentou a necessidade de auxiliar os filhos de até doze anos nas atividades educacionais on-line. Entre as mulheres da zona rural, a pesquisa apontou que 62% assumiram os cuidados de alguém na pandemia. Quando referida à raça e etnia se tem que 52% das mulheres negras passaram a ter essa obrigação, as mulheres brancas 46% e as indígenas 50%.

O fenômeno da dupla jornada de trabalho – combinação de trabalho remunerado com atividades domésticas -, anterior à pandemia, evidenciou que a crise dessa decorrente era, essencialmente, uma crise atravessada pelo recorte de gênero. A carga das atribuições domésticas, que já era assumida em grandes proporções pelas mulheres, ganhou outras dimensões quando se viram forçadas a conjugá-las com a telescola, dela e de seus filhos, e o teletrabalho. As atividades laborais e as atividades domésticas não remuneradas se sobrepõem, fazendo com que as mulheres trabalhem mais, pois as tarefas domésticas permanecem distribuídas, desigualmente, entre homens e mulheres.





ISSN nº 2595-7341

Vol. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

## **CONCLUSÃO**

Entre tantas outras, a pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, revelou e acirrou a desigualdade de gênero no Brasil e no Mundo. Durante seu momento mais grave, em que se fez necessário o isolamento compulsório, as mulheres continuaram sendo as vítimas preferenciais da violência doméstica e acumularam atividades profissionais com os cuidados da casa, dos filhos ou de outros dependentes.

Além de todas as questões problemáticas relacionadas à condição das mulheres, que conseguem transpor as barreiras históricas que as impedem de acessar o Ensino Superior, as modificações abruptas impostas pelo ensino remoto, enquanto perdurava a fase mais grave da pandemia se somavam outras relacionadas às condições adequadas para participar das aulas no formato remoto. Quase a metade das discentes do Curso de Serviço Social não possuía recursos para o acompanhamento adequado das aulas e realizações das atividades, sobretudo, pelo acúmulo de demandas e atribuições que tiveram que assumir no espaço doméstico, somadas as já existentes.

Reconhecer e analisar dificuldades e tensões produzidas pela e a partir da pandemia no campo da educação e leva a refletir sobre singularidade da condição da mulher nesse cenário, especialmente, quando se entende que a categoria “mulher” não é uma categoria única ou determinada, pois a essencialização do “ser mulher” acaba por marginalizar ou invisibilizar questões que são restritas a grupos específicos de mulheres, vítimas de múltiplos sistemas sobrepostos de opressão (CRENSHAW, 1989). Quando não se observa a condição das mulheres, ainda mais das mulheres interseccionadas por múltiplas exclusões, se está favorecendo projetos educacionais e profissionais insensíveis a essas demandas, potencialmente segregadoras.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

## REFERÊNCIAS

ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018. Brasília: Andifes; Fonaprace; Editora UFU, 2019.

OMS/ONU – Organização Mundial da Saúde/ONU/Comitê de Emergência Sanitária Internacional – Surto do novo coronavírus (2019) – 30 de janeiro de 2020.

BRASIL. IPEA. **Cadernos ODS**. Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. SILVA, Enid Rocha Andrade da (coordenadora). Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/publicacoes.html>>.

BRASIL. IPEA. **Nota técnica n. 24**. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Brasília, 2016.

BRASIL. IBGE - “**Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil”. Rio de Janeiro: IBGE 2021

BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2017: PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo técnico: Censo da Educação Superior - 2016. Brasília: Inep; DEED, 2018. Disponível em: <http://bit.do/fqXHt>

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Microdados disponíveis: Censo da Educação Superior – 2017. Brasília: Inep, 2019a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdado>

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2018. 2. ed. Brasília: Inep, 2019b.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

IRINEU, B. A. e IORI, K.F. O Estágio de Docência na Pós-Graduação em Política Social: Uma experiência a partir da disciplina “Gênero e Etnia” no curso de Serviço Social da UFMT - **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura** Vol. 02, N. 04, Out. - Dez., 2019 · [www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh](http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh)

JESUS, J. G. feminismos contemporâneos e interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura** [v. 1 n. 01 \(2018\)](https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/87) Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article.view/87>

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública. **Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras**. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.

SOF - SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Pesquisa SEM PARAR - O trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>

SILVA - Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente (IPEA, 2020)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/Faculdade de Educação/Laboratório de Estudos e Pesquisa em Ensino Superior - Análise de dados da população brasileira e de indicadores das universidades federais, 2010-2019. Relatório de pesquisa.